



Anais do XIV Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade"

24 a 25 de setembro de 2020



Volume XIV, n. 2, set. 2020
ISSN: 1982-3657 | Prefixo DOI: 10.29380

**EIXO 2 - EDUCAÇÃO E INCLUSÃO. EDUCAÇÃO, INTERVENÇÕES SOCIAIS.
POLÍTICAS AFIRMATIVAS. EDUCAÇÃO NO CAMPO, MOVIMENTOS SOCIAIS.
EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS. EDUCAÇÃO PARA A PAZ.**

Editores responsáveis: **Veleida Anahi da Silva - Bernard Charlot**

DOI: <https://doi.org/10.29380/2020.14.02.80>

Recebido em: **06/08/2020**

Aprovado em: **08/08/2020**

EDUCAÇÃO DO CAMPO A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO CONTINUADA NA
REGIÃO DE INDIAROBA; RURAL EDUCATION THE IMPORTANCE OF CONTINUING
EDUCATION IN THE INDIAROBA; REGION EDUCACIÓN RURAL LA IMPORTANCIA
DE LA EDUCACIÓN CONTINUA EN LA REGIÓN DE INDIAROBA

THYCIA ROSELY DE OLIVEIRA BRAGA

<https://orcid.org/0000-0001-6329-0015>

ANALICE ALVES MARINHO SANTOS

<https://orcid.org/0000-0001-7887-1621>

RESUMO

Neste artigo discutimos as especificidades da modalidade da educação no campo existente município de Indiaroba (Sergipe). Com base na pesquisa bibliográfica em autores renomados e pesquisa de campo em duas escolas de Indiaroba, aplicamos questionários com professores e gestores da instituição visando conhecer, divulgar e conscientizar sobre a importância da formação continuada e entender as especificidades que a educação do campo requer. Dessa forma, através da discussão dos teóricos, observações diretas e respostas dos sujeitos da pesquisa, refletimos sobre como os professores e gestores representam a importância da educação para os povos que vivem no campo, as suas dificuldades com as classes multiseriadas e perspectivas de futuro. Diante das respostas encontradas, o intuito deste artigo não foi evidenciar erros ou acertos, mas analisar e conhecer a educação no campo no município e, assim, cooperar para transformar a mesma, tornando-a mais justa igualitária

Palavras-chave: Classes Seriadas, Educação no Campo, Formação de Professores, Indiaroba

ABSTRACT

Here, we discuss the specificities of the education from Indiaroba (Sergipe). Based on bibliographic research in renowned authors and field research in two school sat Indiaroba, we applied questionnaires with teachers and managers of the institution aiming to know, divulge and raise awareness about the importance of continuing education and understand the specificities that education in the field requires. Thus, through the discussion of theorists, direct observations and answers of the subjects of the research, we reflect how teachers and managers represent the importance of education for the peoples living in the countryside, their difficulties with the multiseriate classes and perspectives of the future. In the face of the answers found, the purpose of this article was not to prove errors or correctness, but to analyze and know the education in the field in the municipality and, thus, to cooperate to transform it, making it more just egalitarian.

Keywords: Field's Education, Multisiered Classroom, Teaching Teachers, Indiaroba

RESUMEN

En este artículo discutimos las especificidades de la modalidad de educación en el municipio existente de Indiaroba (Sergipe). Con base en la investigación bibliográfica de autores de renombre y la investigación de campo en dos escuelas en Indiaroba, aplicamos cuestionarios con maestros y gerentes de la institución para conocer, difundir y crear conciencia sobre la importancia de la educación continua y comprender las especificidades que requiere la educación rural. Por lo tanto, a través de la discusión de teóricos, observaciones directas y respuestas de los sujetos de investigación, reflexionamos sobre cómo los maestros y gerentes representan la importancia de la educación para las personas que viven en el campo, sus dificultades con las clases multiseriales y las perspectivas para el futuro. En vista de las respuestas encontradas, el propósito de este artículo no era resaltar errores o éxitos, sino analizar y aprender sobre la educación rural en el municipio y, por lo tanto, cooperar para transformarla, haciéndola más justamente igualitaria.

Palabras-clave: Clases en serie, educación de campo, Formación de profesores, Indiaroba

1.Introdução

A educação do campo visa preservar e atender os povos que vivem no campo. Diante desse objetivo, visamos com esse artigo discutir sobre essa modalidade educacional e a importância da mesma para esses povos, pois, historicamente, existe uma série de dificuldades que podem ser tornar um empecilho na manutenção dessa modalidade educacional.

Apesar disso, a educação do campo tem se mantido viva e ativa, buscando na sociedade a sua valorização para, posteriormente, estimar os povos residentes e áreas rurais. Um marco muito importante para essa modalidade de ensino foi dado por Paulo Freire que mostrou através do seu método que é possível alfabetizar as pessoas sem perder suas raízes, pois ele defende o uso da cultura dos povos residentes ali para potencializar o aprendizado dos educandos.

A motivação sobre a importância da educação do campo e da formação dos professores é a base do nosso estudo, pois ao longo do tempo, temos observado a importância desses professores para uma educação de qualidade. Assim, o foco dessa pesquisa é a importância da formação continuada dos professores que atuam nessa modalidade educacional, compreendendo assim, a sua importância. Objetivamos ainda com essa pesquisa, identificar quais as práticas pedagógicas e métodos de ensino dos professores, como também investigar as dificuldades enfrentadas pelos professores e gestores das duas escolas e, por fim, assim realizando, ao final, um estudo comparativo.

A metodologia empregada foi de natureza bibliográfica qualitativa, fundamentada em uma pesquisa de campo, sendo a mesma realizada de forma democrática visando promover uma imparcialidade entre os sujeitos pesquisados. Salientamos que os resultados encontrados nesta pesquisa foram colhidos através de questionários de perguntas abertas disponibilizados ao público alvo da pesquisa, professores e gestores, atuantes na educação do campo. A pesquisa de campo foi realizada em duas escolas municipais do município de Indiaroba (SE). A pesquisa foi realizada nos dias de 05 a 10 de novembro de 2018.

As discussões e temáticas expostas neste artigo são voltadas a uma proposta de conscientização sobre o tema abordado, não tem como finalidade principal de apontar erros ou acertos, mas sim, como ser uma forma de conhecer, divulgar e conscientizar sobre a importância da formação continuada e entender as especificidades que a educação do campo requer. Por isso, visamos também, com esse artigo, contribuir com novos conhecimentos para o meio acadêmico contribuindo assim para melhoria da educação

2.O Histórico da Educação Popular no Brasil: Conceitos e Especificidade

Concordamos que educação é à base de tudo, assim, a maneira de como ela é conduzida reflete muito no desenvolvimento do país. O pedagogo Paulo Freire (1921-1997) foi um grande expoente da educação, não só aqui no Brasil como no mundo, revolucionando as propostas sobre o que é educar, sendo a sua experiência no nordeste brasileiro, considerada a gênese da educação popular no país. O método criado por Paulo Freire era embasado na realidade do aluno e, durante a década de sessenta, ele desenvolveu uma proposta para educação de adultos que tinha por base esse método, o qual tudo que era utilizado no ensino fazia parte do vocabulário e da realidade dos alunos, tornando o aprendizado mais prazeroso.

Esse método de ensino foi aplicado na Cidade de Angicos, localizada no Rio Grande do Norte e, na aplicação deles, foram alfabetizados cerca de 380 trabalhadores em 45 dias. Tornando assim um marco na educação, promovendo igualdade social, e oportunidades para todos. Infelizmente essa

revolução metodológica acabou no ano de 1964, com o Golpe Militar, momento histórico em que todas as políticas públicas de educação que tinham como base o método freiriano foram suspensas, sendo criada outra política de educação, voltada a sistematização do ensino, descontextualizando o mesmo e promovendo um atraso educacional.

Entre 1964 a 1967 o Regime Militar não se preocupou em alfabetizar a população, as taxas de analfabetismos eram altíssimas, órgãos internacionais começaram a cobrar ao governo brasileiro programas de alfabetização e em 1967 o Ministério da Educação criou o Movimento Brasileiro de Educação (Mobral), com uma meta ambiciosa de alfabetizar 11,4 milhões de analfabetos em todo território nacional até 1971. Esse programa durou até 1985 e o seu resultado foi o surgimento dos analfabetos funcionais. (CUNHA, s.d)

Se atentarmos ao período da Ditadura brasileira, notamos no que tange à educação popular, ocorreu um grande atraso educacional, pois, o ensino ministrado não se preocupava com a contextualização, ou muito menos respeitava as peculiaridades que cada lugar tinha, era um ensino onde saber do aluno não era levado em conta, e o professor era o “dono” do saber.

Por volta de 1985 o governo começou a entender que educação é um direito social, e que todos os cidadãos devem gozá-lo, para garantir este direito foram criados programas para a universalização do mesmo, visando atender melhor a sua população. A partir de 1988 após a Constituição Federal, segundo Augusto Cunha, houve uma reviravolta nos conceitos metodológicos de educação no Brasil, começou-se a pensar em uma educação diferenciada baseada, principalmente, nas metodologias freirianas com a proposta de o meio social dos alunos para a prática escolar. Dessa forma, começou-se a pensar no aluno, no seu bem estar, entendendo que para promover uma mudança social no país, a educação tem que estar em primeiro lugar, respeitando e dialogando com meio onde está inserida.

1. 1 A educação popular e os seus autores: conceitos e definições

Foi depois da Constituição de 1988 que retornaram os debates sobre a importância da Educação Popular e é nesse período também que surgem as primeiras definições sobre a Educação no Campo que segue a mesma perspectiva da Educação Popular, mas adaptada à realidade dos habitantes do campo. Assim, compreendemos que ela nasce com o propósito de fortalecer os povos daquela determinada localidade, promovendo a educação básica que é a base para uma sociedade justa e igualitária.

Podemos ainda inferir com Angela Monteiro Pires ao conceituar que: “a educação do campo fundamenta na situação social, pedagógica pensada em atender as necessidades do público a qual é destinada [...]”. (PIRES, 2011 p. 89). Dessa forma, essa proposta educativa deve ser diferenciada, pautada no respeito e na valorização da cultura da região a qual é inserida.

Em sua perspectiva histórica, a Educação do campo este vinculada ao conceito de Educação Rural, defendida por movimentos sociais como Central Única dos Trabalhadores (CUT), Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e advogados dos direitos sociais dos trabalhadores rurais, agricultores, pescadores, entre outros sujeitos, que compõem os povos do campo. Pensando em atender esses povos, essa educação se deu pelas lutas reivindicações de movimentos sociais, como também de intelectuais e pesquisadores dessa área, como Miguel Gonzales Arroyo, Monica Castagna Molina, Rosely Salete Caldart, que participaram, em 1998 da 1º Conferência Nacional denominada “Por uma Educação do Campo”, na qual foram debatidos temas como: a mudança da nomenclatura educação rural para campo com o “[...] objetivo de causar uma reflexão sobre o sentido atual do trabalhador camponês e das lutas sociais e culturais dos grupos que hoje tentam garantir a sobrevivência”. (ARROYO, CALDART e MOLINA, 2011, p. 25).

Na sociedade capitalista, sabemos que toda educação tem uma intencionalidade e propósito, mas, no

movimento contrário à educação oficial, Afonso Torres Carrillo (2011) defende que a educação popular aparece com uma forma de intencionalidade, desenvolvendo ações que ampliam e orientam a visão de mundo. Assim, entendemos que a mesma não é neutra, tal como afirma Paulo Freire em seu livro *Pedagogia do Oprimido*:

Através da manipulação, as elites dominadoras vão tentando conformar as massas populares a seus objetivos. E, quanto mais imaturas, politicamente, estejam elas (rurais ou urbanas) tanto mais facilmente se deixam manipular pelas elites dominadoras que não podem querer que se esgote seu poder. (FREIRE, 1994 p. 79)

Coadunamos com Paulo Freire no sentido que existe uma intencionalidade das elites no campo da educacional, mesmo sem percebermos, somos manipulados e com os povos do campo não é diferente, pois é uma prática muito comum existirem pessoas que não são alfabetizadas e não conhecem os seus direitos, sendo que, muitas vezes são explorados. Diante desse contexto, salientamos ainda mais a importância da educação para esses povos, pois a mesma promove dignidade, respeito.

Em função dessa nova visão de educação como um direito social a UNESCO (2014) elaborou um texto onde fomenta que a educação para a cidadania global deve garantir a todos os estudantes conhecimento, habilidades, baseando-se, ao mesmo tempo, em respeito por direitos humanos, justiça social, diversidade, igualdade de gênero e sustentabilidade ambiental (UNESCO, 2014 p.2). Na Declaração Mundial de Educação para todos de 1990 em Jomtien ressalta que “educação é aprendizagem e desenvolvimento humano [...] (UNICEF, 1990) sendo assim para se ter uma sociedade desenvolvida precisa investi em educação. (JONTIEN, 1990, p.4)

No Brasil, percebemos os ideais propostos pela Educação no campo nos Parâmetros Curriculares Nacionais PCNs, expõe “que a educação deve promover a igualdade educacional, respeitando as singularidades de cada um, promovendo a equidade”. (PCNs, 1997, p. 9) Sobre o respeito às singularidades, Freitas (2015) informa que: “[...] existe uma ligação intrínseca do Estado com o Território, [...] essa pode ser vista por meio de políticas públicas e de instrumentos”. (FREITAS, p. 210. 2015). Neste sentido a educação tem que ser articulada com o território a qual estar inserido, pois ambos se influenciam.

Nos últimos anos tem crescido muito os escritos sobre temática de educação do campo, mas não só a do campo, como também temáticas que exijam um respeito e um conhecimento maior de valorização e respeito à cultura e a especificidade local. Esses escritos servem para aperfeiçoar a prática educativa, provocar melhorias nas políticas públicas, além de incentivar e fortalecer a cultura local.

Quando falamos em educação e, principalmente uma educação voltada para atender as necessidades da população a qual está inserida, pensamos logo em Paulo Freire. Ele foi um grande pesquisador e incentivador desta proposta educativa, pois em todos os seus estudos e propostas educativas, o pedagogo explica que, para ocorrer uma mudança nas práticas desenvolvidas na sala de aula, tem que haver uma troca entre educador e educando, assim construir um novo conceito de educação.

Seguindo essa perspectiva, a educação popular nasce se contrapondo a educação bancária. Paulo Freire em seu livro *Pedagogia da autonomia* diz “ensinar não é transferir conhecimento” [...] (FREIRE, 1996, p. 47), vemos então que ele procurava uma educação diferenciada, onde os sujeitos fossem ouvidos e valorizados, na qual fossem criadas as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”. (FREIRE, 1996, p. 47). Dessa forma, Paulo Freire defende uma educação onde educadores sejam problematizadores, em que incentivem os educandos a pensarem, a lutarem por melhorias, desenvolvendo o senso crítico, proporcionando uma mudança na comunidade escolar como a comunidade social.

Além dessa proposta, destacamos a importância da participação da comunidade, não só na escola, mas também em outros setores da sociedade que exigem a participação do povo.

Salientamos ainda que educação popular nasceu para fortalecer o povo, pois a mesma não está alicerçada em uma pessoa ou em uma ideologia, mas sim no social daquela comunidade, sendo pensada para proporcionar um bem comum a todos. Com isso, a educação do campo requer a união de todos daquela comunidade, garantindo que a cultura, costumes, crenças, entre outros princípios, sejam passados de geração há gerações por meio da educação formal para todos os habitantes. Existe, assim, uma integração entre comunidade e escola, saber formal e o informal, garantindo assim um melhor ensino para todos e atendendo as necessidades que aquela comunidade precisa, respeitando as suas diversidades.

Sendo assim a educação vem para fortalecer e propor ainda mais dignidade aos povos que vivem no campo. Entendendo a importância desta nova educação do campo Miguel Arroyo *et all* (2011) define a educação do campo como:

Uma educação que garanta o direito ao conhecimento à ciência, tecnologia e conhecimento é a garantia conhecimento e ciência [...] mas que contribua na construção e afirmação dos valores e da cultura, das autoimagens e identidades da diversidade que compõe hoje o povo brasileiro do campo. (ARROYO, CALDART, MOLINA, 2011, p. 14)

Compreendendo assim a valorização do meio rural na educação, os profissionais deveram inovar nas metodologias, fazendo com que o aluno possa conhecer e valorizar a sua cultura, o local onde vive e assim contribuir para o desenvolvimento da comunidade.

Para conseguir resultados ainda mais satisfatórios é preciso também que o docente se aproprie de algumas metodologias específicas para educação do campo, Rosely Salette Caldart (2011) destaca algumas pedagogias que estimulam a produção da escola são elas: pedagogia da luta social, pedagogia da organização coletiva, pedagogia da terra, pedagogia do trabalho e da produção, pedagogia da cultura, pedagogia da escolha, pedagogia de história, e a pedagogia da alternância. (CALDART, 2011 p. 98-105). Essas pedagogias influenciam na prática pedagógica, e nos “resultados” e “sentido” da educação.

Dentre essas, destacamos a pedagogia da alternância que, segundo Rosely Caldart, busca interagir escola com a comunidade, pois ambas se completam, sendo que existem dois momentos importantes nessa troca: tempo escola, tempo comunidade. Segundo a autora, o tempo e escola seriam os educandos tendo aulas teóricas e práticas e tempo comunidade que é onde os educandos realizam pesquisas registram a realidade em volta. (CALDART, 2011).

Diante dessa proposta pedagógica, ressaltamos a importância que esse momento reflete na prática escolar, pois o campo é muito rico, o educador pode utilizar este momento para propor práticas educativas que envolva a interdisciplinaridade como também os temas transversais, fazendo uma interação entre todos.

Na educação do campo, o saber do aluno deve ser respeitado e aproveitado. Segundo Paulo Freire, 1996:

[...] mesmo pensar certo coloca ao professor ou, mais amplamente, à escola, o dever de não só respeitar os saberes com que os educandos, sobretudo os das classes populares, chegam a ela – saberes socialmente construídos na prática comunitária– mas também, como há mais de trinta anos venho sugerindo, discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o ensino dos conteúdos. (FREIRE, 1996, p. 31)

Dessa forma, Paulo Freire defende que o professor deve utilizar os saberes dos alunos na sala de aula, pois assim tudo o que ele vem aprendendo passa a ter um real sentido, adequado com a realidade e contextualizado com conteúdos, promovendo assim, um aprendizado mais prazeroso e dinâmico. Neste sentido o professor possui o papel extremamente estratégico para que aconteça essa mudança na sala de aula.

Seguindo essa proposta de mudança, Monica Castagna Molina e Laís Mourão Sá (2012) dizem que o perfil do educador campo tem que estar atrelado a prática social onde o mesmo se insere, valorizando ainda mais a importância que o educador tem que ter na comunidade, e ainda incentivando os habitantes a se tornarem futuros educadores, pois eles são o que mais conhecem a cultura do local e sabem todas as suas especificidades. Os autores destacam que o professor deve estar disposto a dá a transformar a educação através de sua prática, não tendo medo em inovar, criar, pois o mesmo é o responsável por promover a cidadania e a igualdade daqueles povos que ali residem. Sendo assim inferimos com João Batista Araujo e Oliveira:

[...] O preparo dos professores se afere por dois indicadores principais: 1º sua capacidade de melhorar o resultado dos alunos e 2º a qualidade e a pertinência de seus conhecimentos a respeito do que lecionam. (OLIVEIRA, 2015. P. 27)

Salientamos ainda a importância do docente em estar sempre buscando novos saberes. Por fim, defendemos que o professor também deve participar de cursos de aperfeiçoamento, de educação continuada visando fortalecer e melhorar ainda mais a educação do campo.

2.2 Educação do campo como um direito social: propostas legislativas

A educação do campo é uma modalidade educacional relevante para os povos que vivem no ambiente rural, pois a nossa legislação afirma que todos têm direito à educação, e esse direito pertence a todos, assim, os povos do campo também devem ser contemplados.

O direito à educação apareceu, pela primeira vez, como um Direito Humano na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), em específico, no artigo 26, o qual diz que “[...] Educação é direito de todos [...]” (ONU, 1948). Apesar de sabermos que nem todos têm condições de arcar com as despesas educacionais, pois vivemos em uma sociedade desigual, a Declaração vai de encontro a isso, ao garantir a gratuidade do ensino, pelo menos, nos anos iniciais. Compreendemos, a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos que a educação é primordial para o desenvolvimento humano e esse direito precisa ser colocado em prática de forma ampla e clara, respeitando a diversidade de cada lugar, promovendo a equidade entre os povos.

Com essas garantias entendemos a importância e o marco que foi essa Declaração e posterior a ela, a nossa Constituição Federal de 1988 veio agregar e amparar pelos meios legais esse direito no Brasil, além de fomentar a responsabilidade de quem a provem. Nesse sentido, a Carta Magna Brasileira 1988 ressalta a importância que a educação tem para a sociedade ao expando no artigo 205 que:

Educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988, p. 123.)

Dessa forma. com base nessa lei. todos os membros da sociedade têm que trabalhar em união. em

prol da educação, pois uma educação de qualidade desenvolve a sociedade, tornando-a mais justa e igualitária. Além disso, destacamos que é preciso respeitar a diversidade e peculiaridade de cada local, mantendo o propósito maior de igualdade para todos, independe de religião, etnia, cultura e promovendo a educação como um bem comum a todos, no qual rege a harmonia e o respeito entre os povos.

Vale ainda ressaltar o respeito à diversidade e particularidades locais, de acordo com a Constituição, cabe ao Estado a responsabilidade por promovê-la, assegurando a sua qualidade, sem fins ideológicos, a oferecendo como um direito que torna as pessoas mais humanas, incentivando o respeito ao próximo e promovendo a tolerância em todos os sentidos.

Além disso, defendemos que, além de um direito humano, a educação também promove o desenvolvimento social para a população que vive no campo, pois eles têm uma maior dificuldade de acesso e permanência na escola devido à inúmeros fatores como o deslocamento, climáticos e geográficos, disponibilidade de tempo, entre outros que dificultam não só o acesso como a permanência desses povos na escola.

Partindo desta perspectiva, como uma forma de suprir a necessidades existentes no dia a dia, e ajudar a permanecer e facilitar o acesso à escola, o artigo 208 da Constituição garante: “[...] a criação de programas suplementares de livro didático, transporte, alimentação [...]” (BRASIL, 1988), esses programas serviram para custear algumas despesas escolares, procurando fazer uma universalização do ensino escolar. Além do mais, em nossa Constituição, percebemos que ela possui artigos que asseguram o direito à educação, como também o respeito e incentivo do seu provimento, sendo que a mesma reforça a responsabilidade do Estado, conforme expresso no artigo 208 inciso 1º que profere “[...] acesso e a gratuidade do ensino em direito público subjuntivo” (BRASIL, 1988).

Além de ser assegurado constitucionalmente, o direito à Educação também é um tema presente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (9394/96) que o regulamenta, deixando claro como será ministrado e qual as ações a serem realizadas para o cumprimento do mesmo. Nessa Lei, no artigo 23, inciso segundo, garante uma das peculiaridades da educação no campo, explicando que o “[...] calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas [...]”. (BRASIL, 1996, p. 25).

Essa garantia assegura e respalda a autonomia às escolas do campo, por elas possuírem um ensino diferenciado focado no desenvolvimento do sujeito, voltado para as práticas locais, mas cumprindo a carga horária mínima anual de oitocentas horas anuais, distribuídas em no mínimo duzentos dias letivos, tanto para o ensino fundamental como o médio, conforme o que determina a Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Além disso, a LDB regulamenta sobre a organização dos currículos de todos os níveis da educação básica, no artigo 26, além de assegurar a base comum a todos, deixando espaço a parte diversificada do currículo para que cada escola trabalhe de acordo com a peculiaridade e as características regionais, visando atender às necessidades locais (BRASIL, 1996).

Ressaltamos a importância deste artigo para a educação no campo, pois o mesmo promove o ensino das particularidades locais, vivenciadas no cotidiano das escolas e comunidades, fortalecendo assim, a cultura local. Nessa proposta, destacamos também o respeito à diversidade ao garantir que as escolas trabalhem a realidade do seu público, mostrando novas oportunidades, outros olhares ao que é ministrado em sala de aula, incentivando o conhecimento do aluno e de toda a sua comunidade, ao proporcionar que ambos caminhem juntos rumo ao desenvolvimento social e cultural. Entendemos que uma escola sem a participação da comunidade não cumpre o seu papel social e uma comunidade sem escola também não promove a socialização.

Pelo fato de que as escolas da zona rural possuírem uma realidade diferente das escolas urbanas,

devido aos fatores que citamos anteriormente, o seu currículo deve atender as necessidades daquela comunidade, respeitando as suas peculiaridades. Sobre isso, na LDB, o artigo 28 afirma que “[...] educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região [...]” (BRASIL, 1996, p. 27). Dessa forma, a importância desse artigo é assegurar a necessidade do atendimento à realidade local, promovendo um ensino acessível e contextualizado, pautado no conhecimento prévio do aluno e permitindo uma interação entre conteúdo e a realidade.

Sendo uma base para uma sociedade igualitária e justa, o direito à educação também é tratado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990) que discorre no artigo 53 o direito de todas as crianças e adolescente à educação, pois ela promove desenvolvimento e pleno exercício da cidadania, como também a preparação para o trabalho. Esse também garante que a educação deve ocorrer no local onde os alunos residem, garantindo não só a vivência, mas a permanência dos mesmos em suas respectivas comunidades. (ECA, 1990, p. 9).

Outra Lei também importante para a realidade da educação rural é a nº. 10.172, de 9 de janeiro de 2001, a qual aprovou o Plano Nacional de Educação. Nesse Plano é assegurado, mais uma vez, que a educação rural deve ser ofertada de forma diferenciada. (BRASIL, 2001). Podemos complementar com a Resolução CNE/CEB 1, de 3 de abril de 2002. Essa resolução instituiu Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, no parágrafo único da seção 1 o qual profere que a identidade da escola é definida pela realidade, como também a preservação das escolas, preparando seus discentes coletivamente para a vida em sociedade (CNE, 2002).

Visando em atender melhor os povos do campo, o Ministério da Educação criou o Pronacampo e Procampo, esses programas atendem especificamente as escolas do campo, com o objetivo de assegurar e criar melhorias para essa população. Sendo assim o Procampo é voltado para dar apoio à implantação de curso, especificamente voltado para a formação de professores para a docência dos 6º ao 9º anos do Ensino Fundamental Maior, o Nível Médio. Pronacampo embasa-se em conceder apoio técnico e financeiro aos Estados, Municípios e o Distrito Federal para implantação da política educacional do campo, visando também qualificar os profissionais da área (MEC).

Dentro destas melhorias está o Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) Campo é a escolha do livro didático, onde escolas fazem essa escolha a cada três anos, essa escolha é feita pelos professores das escolas. Esses livros tratam de temáticas voltadas para a realidade, onde as mínimas ilustrações refletem aquele lugar, onde é evidenciado e destacado o cuidado com a natureza, a valorização da cultura local voltado para atender essa população, como também formação de professores entre outras atribuições para fortalecer e melhorar este ensino.

3.A Pesquisa e os resultados

A metodologia que utilizamos para a elaboração deste artigo se divide em duas vertentes, sendo uma bibliografia e a outra pesquisa de campo. A pesquisa foi realizada no município de Indiaroba, município do Estado Sergipe que faz divisa com o Estado da Bahia. Segundo dados do IBGE, e a sua população de acordo com o último censo coletado pelo IBGE é de 15,831 habitantes (fonte. IBGE 2010.), atualmente estima-se que a sua população esteja em 17.957, (fonte. IBGE 2019.) O mesmo não possui grandes empresas ou indústrias onde os moradores possam trabalhar, a população sobrevive do meio rural. O mesmo é dividido entre distritos, povoados, vilas e assentamentos, a maioria das escolas deste município se enquadra na educação do campo e em classes multisseriadas.

Partindo assim para a efetivação da pesquisa de campo a mesma foi feita em duas Escolas da rede Municipal de ensino. As escolas do campo escolhidas para a pesquisa foram a Escola Municipal Antônio Fontes Freitas localizada no Distrito Convento e a Escola Municipal João D’Avila Chaves localizada no Distrito Terra Caída. Cada uma das respectivas escolas possui a sua proposta pedagógica: a João D’Avila Chaves por se tratar de uma população basicamente pesqueira a proposta

pedagógica volta-se para área da pesca. A Escola Municipal Antônio Fontes Freitas a sua população é formada principalmente de agricultores e lavradores polivalentes, a sua proposta pedagógica é voltada para agricultura.

Em ambas, a população em torno é de pequeno porte, sendo assim, não existem alunos suficientes para abrir turma, e a escola tem que se adaptar as turmas multisseriadas, exigindo ainda mais a preparo e formação dos docentes que ali atuam. Partindo desde pressuposto de acordo com Ximenes-Rocha e Colares (2013, p. 93): “As classes multisseriadas caracterizam-se por reunir em um mesmo espaço físico, diferentes séries que são gerenciadas por um mesmo professor”. Exigindo assim ainda mais preparo do professor.

O objetivo da entrevista foi compreender como cada um representa a educação no campo, identificar quais as práticas pedagógicas e métodos de ensino dos professores, investigar as dificuldades enfrentadas pelos professores e gestores das duas escolas e, por fim, realizar um estudo comparativo sobre os dados encontrados nas entrevistas. E assim realizando, ao final, um estudo comparativo.

Após as observações participantes das aulas foram aplicados dois questionários, um direcionado aos docentes e o outro direcionado a equipe diretiva da escola. Os questionários foram embasados em perguntas objetivas e diretas distribuídas em assuntos como a formação dos professores e gestores, a opinião deles sobre a educação no campo, os seus métodos e recursos de ensino, além das dificuldades encontradas por eles enquanto professores das escolas. Dessa forma, as perguntas feitas aos professores foram: 1.Qual a sua formação e há quanto tempo atua como professor dessa escola? 2.Você reside na zona rural ou urbana? 3.Você participou de algum curso de formação continuada relacionado à temática da educação no campo? 4. Para você, o que é a educação no campo e qual a sua importância para a comunidade?5. Em sua prática pedagógica, você faz alguma adequação dos conteúdos curriculares para a realidade dos alunos atendidos? 6.Quais são as maiores dificuldades encontradas na sala? 7.Quais são as suas perspectivas para o futuro educacional?

Para os gestores das escolas as questões foram: 1. Qual a sua formação e há quanto tempo atua na escola? 2.Você reside na zona rural ou urbana? 3.Você participou de algum curso de formação continuada relacionado à temática da educação no campo?4. É realizada alguma formação específica, pelo município, para os professores da escola? 5.Como é a gestão (participativa, democrática, etc) da sua escola? 6.Para você, o que é a educação no campo e qual a sua importância para a comunidade? 7.Como foi construído o Projeto Político Pedagógico da Escola? 8.A cultura local de cada comunidade é levada em conta e inclusa no PPP de cada escola? Se a resposta for sim, cite alguns exemplos.9. Existe algum projeto pedagógico do Município ou Estado específico para essa escola? 10.Em que momento os pais participam da escola? 11. Quais as maiores dificuldades que você encontra enquanto gestor?

As escolhas das duas escolas pesquisadas se deram pelo da aproximação do público pesquisado, conhecimento prévio do meio, dinâmica da realidade onde ambas estão inseridas, além da política educacional do município. A entrevista foi conduzida de forma tranquila, todos se propuseram a responder as perguntas de forma bem dedicada. Os questionários foram entregues para cada entrevistado, assim que um terminava de responder, nos dirigíamos para o outro entrevistado, não deixando-os sozinhos, mas respeitando o tempo e a individualidade de cada um. A primeira escola a ser pesquisada foi Escola Municipal Professor Antônio Fontes Freitas, na qual os docentes responderam os questionários e, em seguida, entregamos um questionário para a gestora da unidade, a mesma não colocou nenhum obstáculo para responder as perguntas.

Depois de finalizada essa escola, partimos a Escola Municipal João D’avila Chaves, sendo que a pesquisa seguiu no mesmo ritmo, não houve dificuldades, todos estavam dispostos a contribuir. As repostas oferecidas foram as que esperávamos, de ambas as escolas ocorreram diferenças entre algumas respostas, o que é normal e construtivo para nós, pois são escolas em localidades diferentes, corpo docente e discentes diferentes.

Durante as observações, constatamos que ambas são bem parecidas na estrutura: escolas pequenas, quantitativo de alunos bem semelhantes, mas com diferenças significativas na condução das atividades realizadas entre escola e comunidade. As duas possuem basicamente os mesmos recursos pedagógicos, porém a João D'ávila Chaves possui o programa “mais educação” e a outra não, como também um “Coral” onde os componentes são discentes da escola, ambas possuem uma banda “Marcial”.

Dando seguimento a pesquisa, os docentes foram questionados sobre a formação dos mesmos e o tempo de docência na escola e eles responderam que todos são pedagogos e a experiência profissional varia entre dois e a vinte anos de docência na mesma escola. A segunda pergunta foi sobre a localidade em que os mesmos residem e apenas dois não são residentes de zonas rurais, os outros na mesma comunidade que trabalham. No entanto, apesar dos docentes “B” e “F” não residirem na zona rural, eles afirmaram que procuram se inteirar das peculiaridades da comunidade, sendo que esse fator não impede a condução do processo educativo naquele ambiente e penaliza os discentes.

A terceira pergunta foi se os mesmos já haviam participado de algum curso de formação continuada relacionado à temática pesquisa, dos dez educadores pesquisados apenas um professor havia participado. A quarta questão foi sobre o que é educação e qual a sua importância para a comunidade, as respostas fornecidas foram bem diversificadas, dentro do contexto da modalidade, mas algumas não tão satisfatórias, pois afirmavam que educação do campo é aquela se destina as pessoas residentes daquele local, respeitando suas peculiaridades. Diante dessas respostas, destacamos os educadores “A” “C” que não souberam expressar, ou mesmo dar uma resposta condizente ao tema abordado, mostrando a lacuna que existe na formação dos mesmos.

Dando continuidade à pesquisa, a quinta questão perguntava se na prática pedagógica eles fazem alguma adequação dos conteúdos curriculares para a realidade dos alunos atendidos, as respostas foram unânimes que sim, todos fazem adaptações e os mesmos compreendem a importância de se trabalhar com a realidade dos alunos, para assim proporcionar um melhor aprendizado ao público atendido. A sexta pergunta foi sobre as dificuldades encontradas na sala de aula e as respostas foram diversas, mas em todas estavam a falta de recursos, a indisciplina dos alunos, como também a necessidade de uma maior participação da família na escola. Destacamos ainda a resposta do educador “B” que evidenciou a falta de acompanhamento dos alunos com dificuldades de aprendizagem, pois o município não possui um psicopedagogo. Destacamos também o professor “C” que esboçou a falta de “autonomia”.

A sétima e última pergunta destinada dos docentes foi quais as perspectivas deles para o futuro educacional e obtivemos respostas bem parecidas, todos expondo a melhoria da educação, de modo geral, melhor local de trabalho, materiais disponíveis, valorização do professor, um maior comprometimento dos governantes com a educação.

A segunda parte da nossa pesquisa foi com os gestores das duas escolas. A primeira pergunta feita as gestoras foi a formação e o tempo que atuam na escola e ambas responderam que são formadas em pedagogia e também atuam há dois anos na escola. A segunda foi onde eles residem e uma disse que é da zona rural e mora na mesma comunidade na qual atua como gestora e a outra é da zona urbana.

A terceira pergunta foi se elas já tinham participado de alguma formação continuada relacionada a temática de educação do campo e ambas disseram que não. A quarta foi se é realizada alguma formação específica, pelo município, para os professores da escola e as respostas foram diferentes, uma disse que sim e a outra não. O quinto questionamento foi de como era a gestão da escola (participativa, democrática etc.), as duas responderam participativa. A sexta pergunta foi sobre o que elas definem como educação do campo e qual a importância da mesma para a comunidade, todas responderam basicamente que era uma educação volta para os povos do campo, na qual é importante trabalhar a realidade dos educandos.

O sétimo questionamento foi sobre a construção do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola e a gestora “A” respondeu que a construção se dá com a participação dos docentes, coordenação pedagógica e gestor, já gestora “B” citou esses mesmos sujeitos, porém acrescentou corpo discente, funcionários da escola e pais. A oitava pergunta foi como a cultura local de cada comunidade é levada em conta e incluída no PPP de cada escola e ambas deram respostas diferentes: a entrevistada “A” disse que não tinha conhecimento dos PPPs das outras escolas, já a “B” disse que sim, com trabalhos das manifestações culturais locais, festas de “padroeiros”, atividades econômicas. O nono questionamento foi se existe algum projeto pedagógico do Município ou Estado específico para esta escola e as duas responderam que não.

Quando questionadas em que momento os pais participam a escola, as duas responderam que através de reuniões, projetos da escola, também quando os mesmos eram solicitados. A décima primeira pergunta foi se existe algum projeto entre a Escola e comunidade “A” disse que não, “B” disse que sim, e citou “escola adote uma praça”, sendo que esse projeto é da Secretaria Municipal de Educação. A décima segunda e última pergunta foi quais as maiores dificuldades que elas encontram enquanto gestoras? E ambas relataram a falta de recursos e a participação dos pais no processo educativo.

Dando seguimento a nossa pesquisa, após analisarmos as respostas e observarmos o tempo de sala de aula que entrevistados possuem, percebemos que a grande maioria dos entrevistados lecionam de dez a vinte anos na mesma instituição, assim eles vivenciam e conhecem o público atendido. A partir da terceira pergunta direcionada ao corpo docente, encontramos uma grande diferença entre as respostas, pois comprovamos que o município não possui um projeto de formação continuada efetivo para os professores. Nesse sentido defendemos que essa deficiência reflete nas repostas dadas pelos entrevistados, pois dos dez entrevistados apenas dois já tinham participado de algum curso relacionado à educação do campo.

Apesar do município não oferecer um curso de educação continuada voltado para educação do campo, os professores afirmaram fazer adaptações dos conteúdos e das metodologias propostas em sala de aula. O quinto questionamento feito aos docentes foi sobre as dificuldades enfrentadas na sala de aula e o docente “B” relatou a falta de acompanhamento para os alunos que possuem alguma dificuldade de aprendizagem, além de lidar com outras dificuldades como: multiseriação, falta de materiais.

Ainda nesse questionamento damos destaque também a professora “C” que esboçou a falta de “autonomia” e identificamos que essa resposta se dirige a tomada de decisão entre gestão e educador, o que nos leva a concluir que não existe um consenso entre as decisões referentes à condução da prática pedagógica e a autonomia do professor na sala.

Sobre a entrevista com as gestoras, destacamos as perguntas sobre a construção do PPP da escola, na qual encontramos algumas divergências nas respostas das duas, pois uma incluía alunos e comunidade e a outra não. Para nós, isso demonstra uma lacuna entre a escola e a comunidade, uma união necessária para a atuação dos professores na educação do campo, pois escola e comunidade precisam andar juntas para o benefício dos alunos. Ainda sobre as gestoras enfatizamos também às respostas sobre os projetos feitos entre comunidade: uma diz que tem e a outra não. Diante da negativa da segunda, destacamos a importância que a comunidade possui na escola e isso precisa estar ainda mais presente na educação do campo, por se tratar de comunidades pequenas essa prática tem que ser fortalecida.

Ainda com essa pesquisa percebemos a importância da gestão, pois entendemos que uma gestão eficaz sabe contornar divergências que são normais em um trabalho com pessoas e concepções diferentes. Assim, quando uma gestão é motivada todo o corpo docente é determinado e, conseqüentemente, os alunos e comunidade também são. Dessa forma, compreendemos que a mudança e melhoria da educação é função de todos, além da atualização dos docentes através de

cursos para aprimorar as práticas pedagógicas na sala de aula, adequando-a ao público atendido e a efetivação das políticas públicas de educação, como também, o melhoramento das mesmas.

4. Considerações finais

Esse presente artigo nos permitiu conhecer a educação do campo neste município, como também a realidade da mesma, e refletir que em relação à educação no campo há longo caminho a ser percorrido pra melhorar a educação do nosso país, como também contribuir para o desenvolvimento de novas práticas, conhecimentos. . A referênte pesquisa foi de extrema importância para conhecermos as dificuldades vividas pelos docentes e os gestores das unidades escolares. Como também conhecer a prática pedagógica, e metodologia aplicada por na sala de aula.

Neste sentido pontuamos algo importante na educação do campo que é a participação da comunidade nas atividades escolares visando fortalecer esse vínculo, pois a escola é um meio social e de interação que auxilia na promoção de novas possibilidades para o aprimoramento da prática escolar. Compreendemos também com aplicação dos questionários e observações realizadas na pesquisa de campo que os próprios docentes não possuem a formação necessária para a condução da temática campo, consequência da falta de uma formação continuada para todos os profissionais que atuam na educação escolar do município.

Salientamos ainda que os resultados obtidos foram excelentes, e os mesmos serviram de base para novos estudos, como também para contribuição, melhoria e ascensão da educação do campo neste município. Neste sentido o intuito deste artigo não é apontar erros ou acertos, mais unir forças para transformar a educação, pois sabemos que a mesma tem o poder de transformar a sociedade, tornando-a mais justa igualitária, e se tratando da educação campo esse poder fica mais evidenciado e necessário.

Dessa forma, os estudos feitos durante todo este artigo contribuiu para um novo olhar sobre este ensino, além de incentivar pesquisas sobre esta temática, cooperando com os profissionais que buscam uma educação de qualidade e igualitária que promova dignidade entre todos, mais que respeite e aproxime a comunidade da escola, formando um elo entre elas.

Por fim, reiteramos a importância de lutar pela educação no campo, pelo ensino das particularidades, vivenciadas no cotidiano das escolas e comunidades, fortalecendo assim, a cultura local. Através da educação no campo, destacamos também o respeito à diversidade ao garantir que as escolas trabalhem a realidade do seu público, mostrando novas oportunidades, outros olhares ao que é ministrado em sala de aula, incentivando o conhecimento do aluno e de toda a sua comunidade, ao proporcionar que ambos caminhem juntos rumo ao desenvolvimento social e cultural.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzales; CALDART, Roseli Salete; , Mônica Castagna Molina. **Por Uma Educação do Campo**: organizadores. 5 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2017. 214 p.

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**. Disponível em: . Acesso em: 18 mai. 2018

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Disponível em: . Acesso em: 12 mai. 2018.

BRASIL. **Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.**. Disponível em: . Acesso em: 13 mai. 2018.

BRASIL. **Educação do Campo: diferenças mudando paradigmas**. Disponível em: . Acesso em: 21 mai. 2018.

BRASIL. **Escola ativa**. Disponível em: . Acesso em: 24 mai. 2018.

BRASIL. **Escola da Terra**. Disponível em:

noticias/208-591061196/19045-professor-de-multisseriada-do-campo-tera-curso-de-formacao>. Acesso em: 24 mai. 2018.

BRASIL. **Legislação específica / documentos internacionais**. Disponível em: . Acesso em: 20 mar. 2018.

BRASIL. **RESOLUÇÃO CNE/CEB 1, DE 3 DE ABRIL DE 2002.**. Disponível em: . Acesso em: 20 mai. 2018.

BRASIL. **DECRETO Nº 7.352, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2010**. Disponível em: . Acesso em: 21 mai. 2018

BRASIL. **Educação do Campo: marcos normativos**. Disponível em: . Acesso em: 20 mai. 2018.

BRASIL. **Escola ativa**. Disponível em: . Acesso em: 24 mai. 2018.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 5 ago. 2018.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais 1ª a 4ª Séries**. Disponível em: . Acesso em: 20 mai. 2018.

BRASIL. **Pronacampo**. Disponível em: . Acesso em: 20 mai. 2018.

BRASIL, PNE. **LEI Nº 13.005, DE 25 DE JUNHO DE 2014.**. Disponível em: . Acesso em: 17 mai. 2018

CARRILLO, A. T. **La educación popular: trayectoria y actualidad**. 2. ed. Bogotá: Editorial El Búho, 2012. 168 p.

CENTRO DE REFERÊNCIAS EM EDUCAÇÃO INTEGRAL. **Educação no Campo**. Disponível em: . Acesso em: 19 mai. 2018.

CUNHA, Luís Antônio; XAVIER, Libânia. MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZACAO (MOBRAL). **Fundação Getulio Vargas**. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/movimento-brasileiro-de-alfabetizacao-mobral>. Acesso em: 5 ago. 2018.

FILHO, E. D. S. R. et al. **Estado Políticas Públicas e Território**: Organizadores. 1 ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015. 215 p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes Necessários à Prática Educativa. 52 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2015. 143 p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 64 ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2013. 256 p.

IBGE. **Panorama Indiaroba**. Disponível em: . Acesso em: 06 set. 2018.

MOLINA, M.C.; SÁ, L.M. Licenciatura em educação do campo. In: CALDART, R.S.; PEREIRA, I.B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs.). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro/São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Expressão Popular, 2012.

ONU. **DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS**. Disponível em: . Acesso em: 06 mai. 2018.

OLIVEIRA, João Batista Araujo E. **Repensando a educação brasileira**: O que fazer para transformar nossas escolas. 1 ed. São Paulo: Salta, 2015. 1-192 p.

PIRES, Ângela Monteiro. **Educação do Campo como Direito Humano**. 1 ed. São Paulo: Editora Cortez, 2012. 159 p.

ROCHA, Maria Isabel Antunes; MARTINS, Maria De Fátima; , Aracy Alves Martins. **Territórios Educativos na Educação do Campo: Escola, Comunidade e Movimentos Sociais**: Organizadores. 2 ed. Belo Horizonte: Gutenberg, 2015. 259 p.

UNESCO. **Educação para a cidadania global**. Disponível em: . Acesso em: 12 mai. 2018.

UNESCO. **Declaração Mundial de Educação pra Todos: Satisfação das necessidades básicas de aprendizagem Jomtien 1990**. Disponível em: . Acesso em: 24 set. 2018.

XIMENES-ROCHA, S. H.; COLARES, M.L.I.S. **A organização do espaço e do tempo escolar em classes multisseriadas**. Na Contramão da legislação. Revista HISTEDBR On-line, v. 13, 2013, pp. 90-98-312

*Especialista em Coordenação Pedagógica (UNIASSELVI). thyciarosely@gmail.com

**Doutora em Educação (UFS/PPGED).Grupo de Pesquisa em Ensino de História (GPEH/UFS).analicemarinho@gmail.com